ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE TARIFAS DE SERVIÇOS DE CONCESSÃO OU PERMISSÃO PÚBLICA

Data: 28 de outubro de 2025

Horário: 09h00

Local: Plenário da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim/ES

1. Abertura dos Trabalhos

Às nove horas do dia vinte e oito de outubro de dois mil e vinte e cinco, no Plenário da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, o Presidente do Conselho Municipal de Tarifas, José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, declarou aberta a 1ª Reunião Ordinária do referido colegiado, verificando-se a presença de quórum regimental. O Presidente destacou a importância do Conselho como instrumento de transparência e diálogo entre o Poder Público e a sociedade civil, enfatizando seu caráter consultivo e deliberativo em matérias relativas às tarifas de serviços públicos concedidos ou permitidos.

2. Lista de Presença

Conforme assinatura anexa, estavam presentes os seguintes membros: Mário Luiz de Souza (CDL); Victor Cláudio dos Santos e Leonardo Silva Brunhara (SEMDEC); Kleber Tadeu Massena Paiva (SEMDURB); Maria Cristina Neves e Ana Paula Martins Passabon (PROCON); Bruno Quaresma Sena (OAB); Adriana Rodrigues Polonini e Ludiana Garcia (ASCOSUL); Emerson da Silva Costa (FAMMOPOCI), Alexchassandre Massolar Hemerly (SEMFA), Hereni da Silva (SEMGOV), Felipe Ribeiro Sant'Anna e José Carlos Corrêa Cardoso Júnior (SEMGESP). Além dos ouvintes Vilson Carlos Gomes Coelho e Tatiana Pirovani, ambos da AGERSA.

3. Pauta do Dia

Conforme a pauta enviada aos conselheiros e publicada no Diário Oficial do Município no dia 24 de outubro de 2025, os temas para deliberação são:

- a) Apresentação do Conselho e de seus membros
- b) Deliberação da Tarifa do estacionamento rotativo;
- c) Discussão sobre possível alteração na Lei nº 8223/2025

4. Apresentação dos Membros

Foram apresentados os membros titulares e suplentes presentes, representando órgãos do Poder Público e da sociedade civil. O Presidente informou que a Secretaria Municipal de Gestão Especial (SEMGESP) exerce a presidência do Conselho neste biênio, e a Secretaria Municipal da Fazenda (SEMFA) ocupa a vice-presidência.

5. Informes Iniciais

O Presidente esclareceu que esta primeira reunião teria como deliberações principais: 1) Apresentação e composição do Conselho; 2) Análise e deliberação sobre o reajuste tarifário contratual referente aos exercícios de 2024 e 2025 do Estacionamento Rotativo Municipal; 3) Deliberação sobre a exclusão da Controladoria-Geral do Município.

6. Exposição Técnica da AGERSA

O Diretor-Presidente da **AGERSA**, **Vilson Carlos**, fez ampla explanação sobre a situação do **Estacionamento Rotativo Municipal**, contextualizando o histórico contratual e os fatores que impactaram o equilíbrio econômico-financeiro do serviço.

Explicou que o atual modelo teve início em **2017**, quando a Prefeitura reestruturou o serviço antes executado por associação beneficente, vinculando-o à **Política de Mobilidade Urbana**. Em **2018**, foi publicado decreto regulamentador e realizada a concorrência pública, resultando, em **2019**, na assinatura do contrato de concessão vigente. A fiscalização passou à competência da AGERSA em **2022**, que desde então implantou um **sistema de controle de qualidade** e acompanhamento técnico-operacional.

O dirigente destacou que o período 2020-2024 foi marcado por **fatores externos severos**, como a **enchente de 2020**, a **pandemia da Covid-19** e as **obras de macrodrenagem no centro da cidade**, que reduziram drasticamente a disponibilidade de vagas e o faturamento da concessionária. Segundo dados apresentados, de janeiro a agosto de 2025, o sistema faturou **R\$ 789.173,00**, dos quais **36,47%** (**R\$ 287.811,39**) foram repassados ao **Fundo Municipal de Saúde**, conforme previsto em contrato.

Vilson informou que há cerca de **186 mil usuários cadastrados**, e que a concessionária enfrenta **dificuldades financeiras significativas**, pois o faturamento real está muito aquém do projetado no termo de referência. Relatou que o **Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES)** identificou que o contrato sofreu "mutilações" sucessivas — entre elas, a **retirada da obrigação de manutenção dos sensores de vaga**, substituídos por monitores, em razão de prejuízos causados por enchentes e obras.

Segundo o dirigente, o contrato inicial previa **gestão automatizada**, com sensores que registrariam o tempo de ocupação de cada vaga, o que garantiria controle e transparência. Com a isenção dessa obrigação, o sistema passou a depender de controle manual, comprometendo a eficiência e a rotatividade das vagas. Cada sensor representava investimento de cerca de **R\$ 2.500,00**, o que totaliza prejuízo expressivo à concessionária.

Vilson também explicou que as **notas técnicas elaboradas pela AGERSA** indicam dois reajustes contratuais devidos — um referente a **2024** (4,24%) e outro a **2025** (5,35%) —, totalizando **9,82% acumulado**, conforme o índice **IPCA**. Trata-se de **recomposição inflacionária contratual obrigatória**, e não de reequilíbrio econômico-financeiro.

O diretor alertou que o **não reconhecimento desses reajustes** pode gerar **judicialização** e até **interrupção do serviço**, uma vez que o contrato prevê aplicação automática dos índices, sob pena de indenização por parte do poder concedente.

Por fim, ressaltou que o contrato ainda possui cinco anos de vigência, mas, em razão das sucessivas alterações, o TCE-ES recomenda que não haja prorrogação e que o Município prepare nova licitação com base em parâmetros atualizados de mobilidade urbana, restabelecendo o uso de tecnologias inteligentes e instrumentos de fiscalização automática.

Concluiu afirmando que o **reajuste ora proposto é vital** para a continuidade do serviço e que, mesmo com a aplicação dos 9,82%, o valor permanecerá **abaixo da tarifa do transporte público municipal (R\$4,00)**, mantendo-se dentro das diretrizes da **Política Nacional de Mobilidade Urbana**.

7. Debates e Intervenções

Encerrada a exposição técnica da AGERSA, o Presidente abriu espaço para manifestações dos conselheiros e convidados. Os debates se concentraram em torno de três eixos principais: (i) a necessidade de readequação das tarifas e da destinação dos recursos de outorga; (ii) as disfunções

contratuais acumuladas ao longo das gestões anteriores; e (iii) a importância de assegurar o cumprimento integral da Política Nacional de Mobilidade Urbana e das recomendações do Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES).

O conselheiro Kleber Massena, da SEMDURB, ressaltou que o projeto original do estacionamento rotativo — quando aprovado na Câmara Municipal — previa que a outorga paga pela concessionária seria a principal fonte de recursos do Município para políticas de mobilidade urbana. Entretanto, modificações legislativas posteriores determinaram o repasse integral desses valores ao Fundo Municipal de Saúde, esvaziando a finalidade inicial do Kleber exemplificou que, em acidentes graves envolvendo motocicletas, os custos públicos de atendimento hospitalar podem ultrapassar R\$ 200 mil por caso, quantia equivalente ao total repassado mensalmente pela concessionária ao Fundo de Saúde. Assim, defendeu a reavaliação da destinação da outorga, propondo que 40% do valor retornasse à AGERSA, para garantir sua sustentabilidade regulatória, e o restante ao Fundo Municipal de Trânsito e Mobilidade Urbana, de modo a financiar obras de calçadas, sinalização e pontos de ônibus.

O técnico Vilson Carlos (AGERSA) concordou com a necessidade de rever a política de destinação e destacou que, entre os serviços regulados pela Agência — BRK Ambiental (água e esgoto), Iluminater (iluminação pública), Transporte Coletivo Urbano e Estacionamento Rotativo —, apenas a BRK contribui com outorga financeira. Assim, a AGERSA opera com restrições orçamentárias, o que compromete suas atividades fiscalizatórias.

Na sequência, o conselheiro Kleber Massena e José Carlos Corrêa Júnior (Presidente) discutiram as distorções geradas pela chamada "tarifa de pós-utilização", criada por emenda legislativa. A norma, segundo ambos, impede a cobrança automática do tempo excedente de permanência nas vagas, transformando o sistema rotativo em estacionamentos de longa duração, o que contraria os princípios da mobilidade urbana e o próprio conceito de rotatividade. Relataram que, após a aprovação dessa medida, verificou-se ocupação irregular e prolongada das vagas, inclusive por veículos de carga e caminhões elétricos que utilizam as áreas do eletroposto do centro da cidade, gerando engarrafamentos e transtornos ao comércio local.

O representante da SEMDURB explicou que, do ponto de vista técnico, o rotativo é um instrumento de mobilidade urbana e não apenas um contrato econômico, devendo obedecer à Lei Federal nº 12.587/2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana). Lembrou que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) recomenda que a menor

tarifa de estacionamento rotativo seja **igual ou superior à menor tarifa de transporte coletivo**, para desestimular o uso de veículos particulares e reduzir acidentes.

O engenheiro **Kleber Massena** complementou afirmando que, quando o modelo foi implantado em Cachoeiro, o estudo de caso adotado foi o de **Tubarão/SC**, cidade que reduziu pela metade o número de acidentes leves ao aplicar **tarifas mais altas para motocicletas do que para carros**, priorizando pedestres e transporte coletivo. Destacou que o modelo local, ao contrário, privilegiou motociclistas, o que fere a hierarquia modal prevista na lei (pedestre \rightarrow transporte público \rightarrow automóvel \rightarrow motocicleta).

Os debates seguiram com observações sobre infraestrutura, fiscalização e evasão de receita. A Sra. Tatiana Pirovani, da área de mobilidade, relatou a atuação integrada entre a AGERSA, a SEMDURB e os agentes de trânsito, enfatizando que os monitores de campo apenas registram infrações, enquanto somente os agentes de trânsito têm competência legal para aplicar autos. Segundo dados apresentados, até setembro de 2025 foram emitidas 26.918 notificações pelos monitores, mas apenas 1.868 resultaram em autos de infração lavrados por agentes de trânsito — ou seja, 93% das infrações não geram cobrança efetiva, o que acarreta severo prejuízo à concessionária e ao Município.

Foram discutidas ainda **soluções tecnológicas** para mitigar essas perdas. O uso do **vídeo-monitoramento municipal** para lavratura automática de notificações foi defendido como alternativa viável e já amparada pelo Código de Trânsito Brasileiro, desde que haja agente de trânsito acompanhando a operação.

O presidente **José Carlos Corrêa Júnior** propôs que o Conselho recomende oficialmente ao Município a **parametrização e integração do sistema de vídeo-monitoramento ao rotativo**, de modo a viabilizar autuações automáticas e aumentar a efetividade da fiscalização.

Outros conselheiros sugeriram que, na próxima reunião, seja apresentada uma **análise detalhada das causas da evasão de receita**, incluindo levantamento das vagas ativas e inativas, bem como as áreas onde há sobreposição com pontos de carga e descarga ou obras públicas.

Por fim, registrou-se consenso entre os presentes de que o **contrato do rotativo**, **atualmente desequilibrado e mutilado**, precisa ser **revisto estruturalmente**, com estudo técnico de reequilíbrio econômico-financeiro e **planejamento de nova licitação**, a ser elaborada de forma transparente, integrando mobilidade, acessibilidade e sustentabilidade urbana.

8. Deliberação sobre o Reajuste Tarifário

Após as discussões, foi submetida à votação a proposta de reajuste acumulado de 9,82% nas tarifas do Estacionamento Rotativo, referente aos anos de 2024 e 2025, sendo aprovada pela maioria, com uma abstenção registrada pelo Dr. Bruno Quaresma (OAB), que justificou a ausência de documentação complementar.

9. Alteração da Composição do Conselho

Foi deliberada a retirada da Controladoria-Geral do Município e registrada a desistência dos representantes da ACISCI e do MESSIS. Para manter a paridade, sugeriram-se as instituições CREA-ES, CAU-ES e MOVA-SE, ou outra correlata, para compor o Conselho, proposta aprovada por unanimidade.

10. Encaminhamentos e Providências

1) Envio da ata e documentos complementares aos membros do Conselho em até 48 horas; 2) Criação de grupo de comunicação institucional; 3) Convocação das reuniões conforme demanda tarifária; 4) Elaboração e revisão do Regimento Interno; 5) Encaminhamento das sugestões ao Prefeito.

11. Encerramento

Nada mais havendo a tratar, o Presidente José Carlos Corrêa Cardoso Júnior agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 11h25, determinando o envio da presente ata aos membros do Conselho no prazo estabelecido.

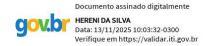
Cachoeiro de Itapemirim/ES, 28 de outubro de 2025.

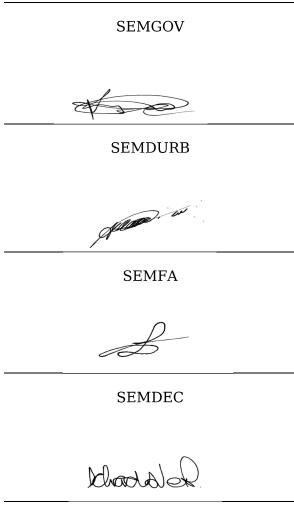
José Carlos Corrêa Cardoso Júnior

Presidente do Conselho

Felipe Ribeiro Sant'Anna

Secretário da Reunião



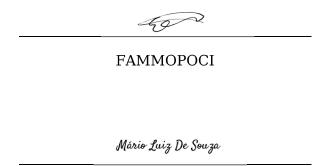


PROCON

OAB/ES

Adriana Rodrigues Polonini

ASCOSUL



CDL